

“Mudanças só com ajustes de longo prazo”

ADRIANA THOMASI
FORTALEZA

Nada menos de 63% da poupança financeira total do Brasil fica com o setor público, na forma de crédito bancários e de títulos. Enquanto que, nos Estados Unidos, o índice fica em 21%, União Européia, 29% e Japão 56%. “Esse é o peso da dívida pública”, diz o professor Carlos Antonio Rocca, consultor do Ibmec e do Comitê de Desenvolvimento do Mercado de Capitais, ao sinalizar que, mudanças só com ajuste fiscal de longo prazo, revertendo o comportamento das despesas correntes.

Para Rocca, o problema das despesas correntes é o grande desafio para a retomada da economia e continuidade de crescimento do mercado de capitais, na sua missão de financiar o setor privado. Ao absorver a maior parte dos recursos, o governo deixa de fazer investimentos públicos e limita o volume para a iniciativa privada. “Dívida acumulada acaba produzindo situação em que a taxa real de juros é muito alta e a despesa financeira com juros é outro problema. Estamos gastando 8% do PIB em juros”, diz, ao considerar a despesa o elemento chave nesse cenário.

Para o especialista, sócio da RiskOffice, embora possa existir um certo excesso de gordura na taxa, seria possível diminuir de forma significativa no médio e longo prazo. Rocca participou ontem do painel “Porque o Brasil investe menos que outros emergentes: como elevar o investimento e sustentar o crescimento econômico”, na abertura do 19º Congresso Nacional da Associação dos Profissionais e Investidores do Mercado de Capitais (Apimec), em Fortaleza.

No encontro, ele apresentou dados de ensaio da evolução dos ativos de mercado de capitais captados pelo setor não-financeiro, que passou de 13,4% em 2003 para 17,3% neste ano. O crédito com recursos livres do sistema bancário, que era de 59,5%, caiu 52,1%, no total, este ano, enquanto o fluxo de desembolsos de novos recursos do BNDES para o setor privado, saiu de 32% para 22,6%, de acordo com números preliminares. Na avaliação de fluxo, o volume captado no mercado capitais cresceu de 8% para 25,4% no período. “Foi um evolução altamente significativa”, diz, ao ponderar que o desempenho leva em conta avanços no ambiente regulatório.

Nos últimos quatro anos, conforme apontou, houve uma verdadeira revolução no ambiente institucional, com a criação de vários instrumentos no Mercado de Capitais. “A CVM e o BC foram extremamente eficiente e o Plano Diretor do Mercado de Capitais propôs um conjunto de medidas e a maior parte já foi adotada”. Em resumo, houve um salto de qualidade que tem a ver com proteção do investidor, transparência, formação de preços, proteção à concorrência.

Na avaliação de Rocca, foi importante a entrada dos investidores estrangeiros, com melhoria rápida das contas externas, redução do risco País. “Mais da metade das novas emissões primárias (70%) foram capturadas por estrangeiros.”

Hoje a soma dos ativos de fundos de pensão, previdência aberta, companhias seguros e grupos de investimentos alcança saldo 54,6% do PIB, nos depósitos totais da rede bancária, quando em 2000 era 34%. Enquanto os bancos têm 26,5% de depósitos totais sobre o PIB. “O sistema de investidores institucionais hoje é duas vezes mais importante que os bancos na captação de recursos de poupança financeira no Brasil”, afirma.

Numa simulação para 2010, estudo que deverá ser concluído em 15 dias mostra que a carteira

que envolve os institucionais chega 60,6% do PIB. Na avaliação de Rocca, considerado um crescimento do PIB de 3,5% ao ano e levando em conta a redu-

ção da dívida, o volume de ativos privados, das mais variadas fontes, chegaria, no acumulado, a algo em torno de R\$ 457 bilhões em aplicações novas.

O Congresso da Apimec termina hoje com o painel “Desafios do Novo Governo: reformas estruturais e crescimento sustentado”. Na parte da tarde, o tema

inclui Mercado de Capitais como instrumento de desenvolvimento econômico e Social. Para o presidente da Apimec Nacional, Milton Luiz Milione, falta política pública. “Os debatedores foram unânicos em afirmar que o custeio no Brasil é muito alto, o

governo é muito grande. Só com vontade política esse quadro vai mudar”. Ainda de acordo com o dirigente, a redução da taxa de juros vai permite atrair novas indústrias, criando novos postos de trabalho, desenvolvendo a economia via mercado de capitais.

